

Boi, Soja, Milho, Portos Fluviais e Frigoríficos: A Indústria do Agro em expansão no Sul do Amazonas¹

Jordeanes do N. Araújo(UFAM)²

Agro, Sul do Amazonas, Desmatamentos...

1.Considerações Iniciais

Certa vez, Eric Wolf (1957) e Sidney Mintz (1985) afirmaram que o desenvolvimento de grandes áreas produtivas (Plantation) tinha como objetivo pressionar, rivalizar e imobilizar as unidades agrícolas menores que eles denominavam de “sociedades camponesas”. Mintz e Wolf utilizaram o conceito de “plantation”, caracterizada por uma economia agrário-exportadora, monocultura, imobilização da força de trabalho, concentração de imensas extensões de terra e com uma parte industrial (ALMEIDA: 2021).

O modelo de Plantation se concretizou com o processo de colonização escravocrata nas Américas, e se alastrou para além da colonização e da abolição da escravatura. O sistema de plantation através dos senhores de engenho e dos barões do café se perpetuou como um sistema econômico primário no contexto brasileiro até o final da década de 1940.

No entanto, com a globalização dos mercados, com a privatização do mundo sob a égide do neoliberalismo e da crescente complexificação da economia financeira, o mundo da “plantation” escravocrata corroeu por dentro, restando apenas vestígios de um “campesinato pós plantation”, nas palavras de Otávio Velho (1978) um “campesinato marginal” que migrou do nordeste para Amazônia.

A partir dos anos de 1960, a economia agrícola brasileira absorveu influências do *AGROBUSINESS*³. Esse novo modelo agrícola chegou ao Brasil por volta da década

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (2024).

² Antropólogo, Professor da Universidade Federal do Amazonas/Campus Humaitá-AM.

³ Podemos definir agribusiness como um sistema integrado; uma cadeia de negócios, pesquisa, estudos, ciência, tecnologia. Desde a origem vegetal/animal até produtos finais com valor agregado, no setor de alimentos, fibras, energia, têxtil, bebidas, couro e outros.

de 1960, sob forte influência representativa do âmbito da agropecuária em revelar que a agricultura brasileira poderia ser muito mais abrangente do que até então se imaginava.

Neto, (2018), enfatiza que:

Durante um fórum de debates promovido pela Fiesp e pelo jornal Correio da Manhã em 10 de setembro de 1957, Francisco Malta Cardoso, conhecido defensor da política de sustentação dos preços do café, com destaque público na década de 1940 como secretário de Agricultura do estado de São Paulo e presidente da SRB, usou a noção de agribusiness para criticar o que entendia ser o favorecimento da indústria e do comércio, em detrimento da agricultura, pelo governo de Juscelino Kubitschek (Partido Social Democrático, 1956-1961). Segundo Malta Cardoso, essa seria a principal razão dos problemas econômicos do país, a exemplo dos déficits orçamentários e da balança comercial (CORREIO DA MANHÃ, 11/09/1957). (NETO, 2018, p. 104).

Com o término do fórum da FIESP em 1957, surge a junção de três termos para a construção de uma política desenvolvimentista de mecanização e transformação da agricultura brasileira, sendo, a agricultura, a indústria e o comércio como elementos fundantes ao agronegócio brasileiro. O principal argumento era que esses setores apresentavam um crescimento exponencial e estavam interligados e eram interdependentes.

Na ditadura militar entre os anos de 1964 a 1966 no mandato de Castelo Branco, cria-se o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), lançado em junho de 1967. Tem-se uma primeira formulação de uma política agrícola que levou em consideração as relações da agricultura com as funções econômicas direcionadas para os grandes empresários (rurais e urbanos). (GOVERNO FEDERAL, 1967).

No PED, planejou-se, “o fortalecimento do crédito rural, à intensificação do uso de insumos e máquinas, e à modernização das etapas de armazenamento, transporte, agro industrialização e comercialização”(NETO,2018:108). Com o aumento da industrialização em diversos setores estratégicos, o Brasil passou por uma série de mudanças, aguçando a potencialidade tanto na agropecuária, quanto na agricultura, bem como na exportação de produtos primários.

O processo de industrialização do campo agrícola, por sua vez, havia tido como fator condicionante a criação de indústrias para o setor de máquinas agrícolas, equipamentos e insumos para a agropecuária. Tal mobilização produtiva permitia que essa fase do processo de modernização da agricultura deixasse de depender da capacidade de importar.

A agricultura tornou-se cada vez mais um ramo da produção, como compradora de insumos e máquinas e ao mesmo tempo, vendedora de produtos agropecuários para a indústria de transformação. (NETO, 2018:109).

Foi durante o processo de industrialização da agricultura que a noção de *agribusiness* gerou grande mobilização no Brasil. Mas, esse processo trouxe consigo uma série de prejuízos às minorias étnicas, como as desterritorializações de grupos étnicos, expropriação de terras de agricultores familiares, de posseiros, o aumento da taxa de exploração dos trabalhadores agrícolas e o trabalho análogo a escravidão⁴. Por essa razão, o período ficou conhecido pelos analistas sociais como “modernização conservadora” ou capitalismo autoritário” nas palavras de Otávio Velho (1979).

Em 2002 com a aplicação do conceito de Agro praticamente consolidada, surge o Plano Estratégico para o Agronegócio Brasileiro 2002/2010. Nesse plano, a Associação Brasileira do Agronegócio – ABAG, desenhava metas para os grãos, carne, café, cana e laranja como futuros *commodities*, argumentando que os benefícios do apoio a essas commodities seriam a melhoria da qualidade de vida e da alimentação dos brasileiros. Segundo Neto (2018) a qualidade de vida adentraria com o aumento da renda no campo e da atividade nas cidades, crescimento de saldos na balança comercial e evolução positiva da renda per capita no campo.

Ao vencer as eleições de 2002, o então eleito presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em entrevista em rede Nacional, Lula havia afirmado que estava “[...] orgulhoso do agronegócio brasileiro” (Folha de São Paulo, 2002). Em 2006, o agronegócio enquanto fator econômico apresentava crescente participação no mercado internacional de commodities e ao mesmo tempo que, conquistava maior influência política no País (NETO, 2018). O agenciamento da noção de agronegócio atingiu grande destaque público, seja na academia, na imprensa ou no Congresso Nacional.

Nos anos seguintes, o agronegócio se expandiu para todas as regiões do Brasil, mesmo com a crise cíclica do sistema capitalista e com a desvalorização das commodities em 2014⁵, o Agronegócio brasileiro rompia fronteiras até então protegidas por leis

⁴ Vale ressaltar que somente no início 2023, foram libertados do trabalho análogo a escravidão 300 trabalhadores em nas regiões sul e sudeste do Brasil (Fonte: Ministério do Trabalho 2023, dado público).

⁵ A queda livre dos preços das commodities agropecuárias, metálicas e minerais exportadas pelo Brasil afeta fortemente a balança comercial brasileira, que só registra superávit em 2015 porque as importações estão caindo mais do que as vendas externas, reflexo do desaquecimento da economia. Estimativa da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior (Mdic) mostra que, somente por causa do declínio das cotações de três categorias de produtos cotados em bolsas internacionais — complexo de soja; minério de ferro; e petróleo e derivados — o país deixará de ganhar

ambientais. A Amazônia seria a última etapa de consolidação da expansão agropecuária, da expansão da plantation, da mineração, dá instrumentalização das agroestratégias sobre os territórios tradicionais de Povos e comunidades tradicionais.

No contemporâneo, o sul da Amazônia (Rondônia, Acre e Sul do Amazonas) tornou-se o lugar ideal para a implementação das frentes do Agronegócio seja por meio da compra e arrendamento de áreas para plantação com custo menor do que em outras regiões brasileiras, seja pelo avanço do desmatamento ilegal financiado principalmente por grandes grupos corporativos, por políticos envolvidos com o agronegócio.

Cotejando com López (2020) as “veias do sul continuam abertas”. Nesse sentido, se faz necessário olhar para a apropriação e expansão em territórios de domínio dos países do Sul transformados em espaço de acumulação do capital, representando este sistema mundo moderno centro-periferia, capitalista e colonial gerador de desigualdade "vívida nos corpos dos oprimidos e oprimidas do Sul" (LÓPEZ, 2020: 08).

Esses espaços de acumulação do capital transformam os bens comuns naturais em *commodities* para as grandes cadeias globais e corporações, o que tem provocado distúrbios como o colapso climático e desastres socioambientais. O “*dia do fogo*”⁶ no ano de 2020 em Novo Progresso no Pará, foi a representação máxima do colapso climático que a Amazônia vem sofrendo.

O dilema ambiental amazônico contemporâneo precisa, portanto, ser entendido a partir das contradições das relações sociais que condicionam diferentes acessos à natureza, desde o processo de colonização à formação da modernidade e do capitalismo. Tal dilema é sustentado por relações de poder presentes na vida social.

É desta forma que as agro-extratérias (ALMEIDA, 2022) se faz presente como uma maneira de instrumentalizar o poder hegemônico, e se estende em discursos e práticas sociais, cristalizando consensos e condicionando formas de agir, pensar e ser dos povos que vivem na Amazônia. No entanto, se faz necessário pensar numa linguagem contra hegemônica para fortalecer as formas de resistência e outros modos de existir e possibilitar o desvelamento do funcionamento ideológico (VIEIRA; RESENDE, 2016; RESENDE, 2019).

cerca de US\$ 25 bilhões com exportações em 2015. Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior, 2014.(Fonte. <https://www2.senado.leg.br/>)

⁶ Os municípios de Altamira, Novo Progresso e São Félix do Xingu registraram em 2020 índices ainda mais alarmantes de queimadas, com aumentos de 48%, 15% e 60%, respectivamente, conforme o sensor VIIRS (NASA). Em 2020, foram 41.173 focos de incêndios em Altamira, 17.691 em Novo Progresso e 39.626 em São Félix do Xingu. (ISA, 2021).

Nesse sentido, este esboço busca através de um trabalho de campo denso e de dados empíricos, desvelar o dilema do avanço no agronegócio no Sul do Amazonas como principal arco do desmatamento, da grilagem, do mercado de terras ilegal sobre áreas públicas. Ao mesmo tempo que investiga como bancos estatais e privados financiam grandes Plantations, e que corroboram para o desmatamento, a mineração ilegal, a grilagem em territórios tradicionais e em terras públicas.

1.1.SUL DO AMAZONAS - O AGRONEGOCIO NOS CAMPOS AMAZÔNICOS

Os empreendimentos AGRO tornaram-se um fenômeno constante no Sul do Amazonas. A presença de grandes unidades produtoras, segundo um modelo de economia



agroexportadora de *commodities*, referida ao sistema de *plantations*, com cultivos em larga escala de soja, arroz e milho, aparece conjugada com obras de portos de descarga e carga de grãos, com um Anel viário, para agilizar o transporte destes grãos, e ao implementação de grandes frigoríficos ao

longo das BR's 230, 319, 317. Tais fatos nos permitem visualizar que tais iniciativas estão fundamentadas numa poderosa coalizão de interesses que abrange conglomerados econômicos, como o Grupo Massute, empresas como a Agropecuária Santa Rita, a Zagaia Agro e a Sanfran Energ, frigoríficos e agências de investimentos estatais como o BASA, caixa Agro no setor de Agropecuária.

Nesta situação específica, a Bacia do Madeira, compreendendo a malha rodoviária, em que se destacam a Br-319 e a Br-317, funciona como eixo de ligação para o Porto de Itacoatiara, no Rio Amazonas, visando o escoamento da produção de grãos (soja, arroz e derivados bovinos e madeireiros). De maneira concomitante registra-se o



apoio direto e indireto do Governo do Estado e de agências privadas (bancos privados e estatais), que favorecem o conjunto de empreendimentos resultante desta mencionada coalizão, que articula interesses privados e estatais.

Em setembro de 2019, as empresas Zagaia Agro e Sanfran Energy apresentaram ao Governo do Estado Amazonas um projeto para instalação de um centro de produção agropecuária e cadeias (*clusters*) integradas de serviços envolvendo logística, armazenamento e geração de energia fotovoltaica no município de Humaitá-AM, um investimento estimado em R\$ 350 milhões, com previsão de geração de 12 mil empregos diretos e indiretos quando estiver operando em sua totalidade. De acordo com o estudos preliminares do grupo de empresas, na produção de grãos a previsão é de faturamento de R\$ 172 milhões e criação de 366 novas vagas com investimentos na ordem de R\$ 112 milhões. (SDS-AM, setembro de 2019).

Em 2022, a SEDECTI- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Amazonas, apresentou juntamente com a empresa Zagaia Agro, a construção do Polo agroindustrial e logístico do Sul do Amazonas que visa fomentar produção de grãos e gerar 12 mil empregos. Conforme descrito, consta que o empreendimento terá:

Um protocolo assinado entre o Governo do Amazonas e o Projeto Zagaia Agro, em 2020, prevê a criação do Polo Agroindustrial Portuário e Logístico de Humaitá, no sul do Amazonas, para fomentar a produção de grãos como: milho, soja, arroz, feijão, dentre outros, e gerar, em até quatro anos, cerca de 12 mil empregos diretos e indiretos, a médio prazo. O projeto está em fase de implantação e terá o aporte de R\$ 1,2 bilhão para incremento sustentável em toda cadeia do agronegócio naquela região. (SEDECTI, 2022).

O município de Humaitá, conforme o projeto afirma, poderá ter uma produção estimada de soja, por safra, para o período de 2023 a 2026, de 180 mil toneladas (55 sacas por hectare plantada), em área plantada de 55 mil hectares, através de vários produtores.

O governo do Amazonas por meio da Secretaria de Estado de Produção Rural – SEPROR, também assinou, no 02 de junho de 2023, o protocolo de Intenções com a empresa Zagaia Agro, oficializando as condições e tratativas para estruturação e implantação do “Projeto Zagaia” junto ao governo amazonense, abrangendo o Polo Industrial de fertilizantes, portuário e Logístico de Humaitá (distante 590 quilômetros de Manaus), com objetivo de tornar a região sul do estado um polo produtor de grãos, insumos e corredor logístico, por meio de um consórcio de produtores. (SEPROR, 2023).



Planta do Polo Agroindustrial Portuário e Logístico de Humaitá. (SEDECTI, 2022.)

A perspectiva do empreendimento é o progresso para o Sul do Amazonas sem levar em contradição a sóciobiodiversidade presente nos Campos amazônicos. Cabe ressaltar que para isso ocorrer é preciso realizar grandes transformações estruturais na cidade, no comércio, tais mudanças irá atingir o pequeno agricultor, o pescador tradicional os posseiros, as comunidades tradicionais nas proximidades de Humaitá, nesse sentido, o progresso aqui é visto como processo de exclusão dos grupos sociais menos favorecidos com as políticas públicas de desenvolvimento estatal.

Neste contexto, a expansão de *commodities*, sobretudo no Estado de Rondônia, a ampliação de fixos e fluxos, por parte do Estado, tem propiciado o deslocamento dessa atividade para o sul do estado do Amazonas, configurando deste modo uma expansão não-consolidada da fronteira agropecuária (SILVA, ARAUJO, PEREIRA: 2021).

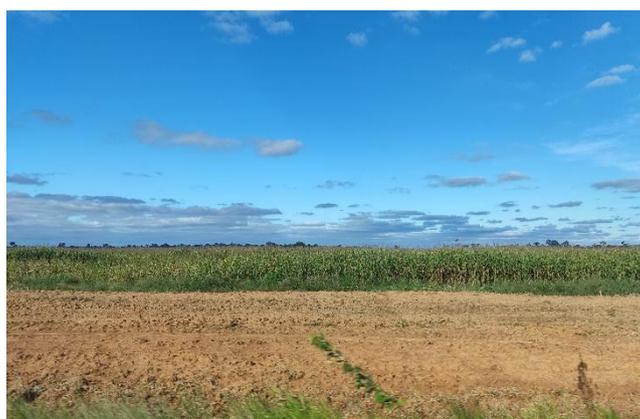
Reforçando interpretações correntes no âmbito da rede de pesquisadores da nova cartografia social foi possível constatar que os empreendimentos de agronegócios na região dos rios Madeira e Purus funcionam como “novas plantations” e neste sentido reproduzem uma situação colonial: grandes extensões de terras desmatadas, , mecanismos

de imobilização da força de trabalho (recrutamento de trabalhadores em regiões distantes e denúncias de trabalho análogo à escravidão), práticas de grilagem numa tendência a agravar os já elevados índices de concentração fundiária. Enfim, uma economia agrário-exportadora, com produção voltada para o mercado externo. A dinâmica desta atividade redefine a paisagem da região com a implantação de empreendimentos referidos a corredores logísticos (rodovias, portos, hidrovias, barragens, aeroportos e projetos de ferrovias).

1.2. As origens da Produção de Grãos no Sul do Amazonas

Consoante a isso, a presença de sojeiros e arroteiros é anterior à primeira década do século XXI no Sul do Amazonas. No final da década de 1990, através de projetos econômicos, de âmbito do governo estadual, como o denominado “Terceiro Ciclo”, tem-se as primeiras investidas de plantação de soja e arroz nos campos amazônicos entre 1995 até 2006. A grosso modo, o “Terceiro Ciclo” esbarrou na ineficácia do próprio governo estadual em construir uma política pública de desenvolvimento regional, que atendessem aos interesses privados e às demandas sociais e econômicas dos diferentes povos e comunidades.

Em 2017, por iniciativa privada, o plantio de soja foi retomado e atualmente encontra-se em expansão nos municípios de Humaitá, Boca do Acre, Lábrea e Canutama. Já observamos pelo menos dez novas áreas vinculadas a essa atividade, ao longo da Transamazônica e das BR- 317 e BR-319.



Trabalho de campo. Plantação de milho. Fonte: Jordeanes Araújo, Sul de Lábrea.-AM, junho de 2022.

A combinação destas atividades, do ponto de vista dos planejadores governamentais, tem como objetivo promover o que eles designam como um novo *boom* de desenvolvimento econômico no Sul do Amazonas. Nesta pretensão idealizada, o **Modelo Agromineral - pecuária, plantations, mineração e exploração madeireira** - poderia inclusive reviver a denominada “princesinha do Madeira”, como Humaitá idealmente foi classificada no período áureo da economia gomífera, tornando o município um destacado centro econômico regional.



Trabalho de campo (Frigorífico Amazonas). Construção de Grandes Frigoríficos para abastecer o mercado de carnes e fomentar o aumento da Pecuária no Sul do Amazonas. 2021.

Nesse sentido, o que está por trás da coalizão de interesses privados e estatais, é transformar Humaitá, Boca do Acre e o Sul de Lábrea em centros ou cidades agroexportadoras, retirando-as das cinzas do atraso econômico através das políticas governamentais de infraestrutura e apoio creditício.

Iniciativas que reforçam este propósito: recapeamento da Br-319, construção do “cinturão verde”, para agilizar o escoamento de grãos, juntamente com aquele da produção e dos empreendimentos da agropecuária, compreendendo a ampliação dos criatórios de gado de corte e a consolidação da indústria de derivados em Boca do Acre pelos frigoríficos **Frizam**⁷, **Nosso Frigorífico** e Frigorífico **Amazonas** em Humaitá-Am.

⁷ O Frizam/Agropam assinou um TAC da Carne com o Ministério Público Federal, que o obriga a verificar, para cada fazenda de quem compra gado, se lá ocorreu desmatamento ilegal. Entretanto, apesar das centenas de áreas embargadas pelo Ibama na região, estranhamente isso não afetou a oferta de gado a este frigorífico. Pelo contrário, até o 1o semestre de 2019, o Frizam/Agropam pretende aumentar a atual capacidade de 250 para 400 abates por dia (Jornal o ECO, 2018).



Trabalho de campo. Frigorífico Frizam, Boca do Acre, junho de 2022.

1.2. Os investimentos Agro nos Campos Amazônicos

Um dos grandes investimentos do Estado no município de Humaitá é o projeto do



Anel Viário Sojeiro, numa extensão de 11,58 quilômetros, que vai interligar por meio da BR-319, ao porto graneleiro do município de Humaitá, encurtando o trajeto que até então é feito por dentro do perímetro urbano. A obra, também

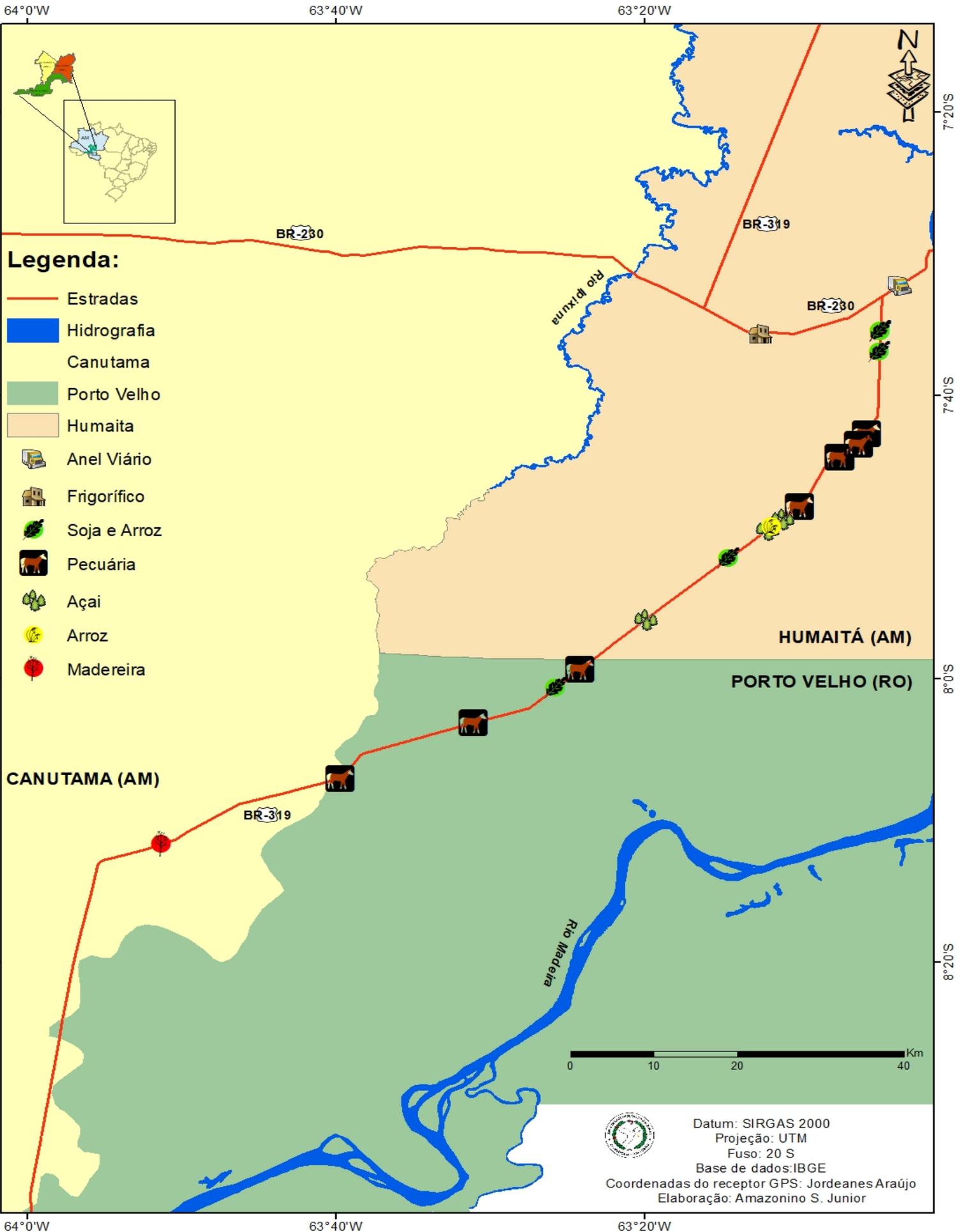
chamada de “cinturão da soja”, vai dar mais rapidez ao escoamento da produção.



O governador do Estado do Amazonas, ao inaugurar o início das obras, também entregou fomentos ao setor primário e inspecionou as obras do Anel Viário. As atividades estão sendo retomadas pelo Governo do Estado e têm investimento de R\$ 46,5 milhões (SDS, Junho de 2020).

Trabalho de campo. Construção do Anel Viário. Agosto de 2021. Fonte Jordeanes Araújo.

EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NO SUL DA AMAZÔNIA





Nos últimos cinco anos, ocorreram investimentos em tecnologias de plantio e tecnologias de recuperação de solo, em quase 20 mil hectares com base em subsídios fiscais propiciados pelo Governo do Estado, que também propiciaram condições para a construção de um porto para armazenamento e escoamento da produção via fluvial pelo rio Madeira. Para os órgãos de fiscalização ambiental do governo estadual⁸, a produção de soja não afetaria o bioma amazônico, pois, segundo a visão dos planejadores os campos naturais não fazem parte da floresta.

Ora, os modelos de desenvolvimento implantados na Amazônia desde Pombal sempre buscaram exaurir os

recursos naturais, apontados como a única forma de alcançar o progresso, sem levar em consideração a sociodiversidade (dos campos naturais e campinaranas amazônicos) ou os conhecimentos práticos dos povos que nela vivem. As políticas desenvolvimentistas, pensadas pelo Estado Brasileiro, incorporaram brutalmente a Amazônia na lógica monopolista, de circuitos mercantis capitalistas, utilizando-se de metáforas biológicas e econômicas como “capitalismo verde”, “pulmão do mundo” “novo estoque de *commodities*” agrícolas, minerais e energéticos e, agora, REDD (Redução de Emissões

⁸ Fala pública do Secretário de Produção Rural do Amazonas, comemorando a colheita de 550 hectares de soja plantada nos campos naturais de Humaitá. Jornal Acrítica, 11/01/2018.

CO2 por Desmatamento e Degradação Florestal), bem como do eufemismo de “supressão da cobertura vegetal” para justificar desmatamentos.



A área plantada para produção de grãos aumenta a cada ano no Sul do Amazonas. Em 2015 eram apenas 550 hectares de soja plantada nos limites entre Humaitá e Porto Velho. O Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas- IDAM⁹, estima para 2022, um plantio de 4,500 mil e quinhentos hectares de soja, 3,1 mil hectares de arroz e 600 hectares de milho. Quase dez mil

hectares de grãos somente nas cercanias da cidade de Humaitá.

Em Boca do Acre e no Sul de Lábrea, os investimentos em produção de grãos como milho e soja, tem acelerado, bem como os investimentos na expansão agropecuária. Segundo o diretor da ADAF- AGENCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO AMAZONAS, Boca do Acre e o sul de Lábrea possuem um rebanho de 400 mil cabeças de gado de corte. Eis as estimativas para futuro próximo, segundo o diretor local da ADAF:

“É que tenhamos um milhão de cabeças de gado em Boca do Acre até 2030, só ainda não alcançamos isso porque o governo do Amazonas, o IPAAM atrapalha nossa agropecuária, se não fosse isso a gente já tinha um milhão de cabeças de gado somente aqui em Boca do Acre”.

Com o aumento de novas áreas para a criação de gado, o desmatamento é intensificado em áreas de assentamento rural. Isso é possível, porque a partir da pecuária, o solo fica empobrecido de nutrientes para a pastagem, precisando de novas áreas para ampliação das pastagens. Aquela área antiga, é vista como propícia para utilização das “tecnologias de recuperação”, que vão contribuindo para a implementação de unidades de produção similar às *plantations*, ocasionando uma discutível expansão dos agronegócios.

⁹ Trabalho de campo realizado junto ao órgão governamental nos municípios de Humaitá e Boca do Acre em junho de 2022.

Outra vertente desse crescimento predatório é o arrendamento de terras de pequenos posseiros, áreas de economia familiar voltadas para a produção de alimentos básicos, que passam também por esse processo de recuperação, contribuindo, em certa medida, para o surgimento destas chamadas “novas *plantations*” (ALMEIDA, 2022).



Expansão da Pecuária em Boca do Acre sobre os assentamentos rurais. Fonte: Trabalho de campo. Jordeanes Araújo, junho de 2022.

Segundo o diretor do IDAM, em Boca do Acre, a última safra de milho em Boca do Acre, em 2021, correspondeu a 700 toneladas de grãos. Além disso, 3 mil hectares de soja foram implementados na Fazenda Ana Sara. Eis a fala do diretor, “é quase certo que esse número triplique nos próximos anos, assim como o milho a soja também vai ser ampliada nos próximos anos” (Chefe do IDAM de Boca do Acre¹⁰).

¹⁰ Entrevista realizada em junho de 2022.



Plantação de Milho em Boca do Acre-AM. Jordeanes Araújo, junho de 2022.

Em consonância com estes fatos, o investimento em Infraestrutura para transportar a soja, o milho, o arroz, o gado de corte vem se concretizando com a inauguração recente do **Anel Graneleiro** no dia 22 de setembro de 2022.



Trabalho de campo. Fonte: Jordeanes Araújo. Setembro de 2022.

Uma obra rodoviária que foi financiada pelo governo do Estado e pelo Banco do Brasil no Valor de 76 milhões de reais¹¹. Seu real objetivo será facilitar a passagem das carretas de soja, arroz e milho e derivados de carne bovina. Em 2021 eram 200 carretas de grãos por dia percorrendo a BR-319. Com o término da obra, esse número irá dobrar. Conforme estimativas dos responsáveis pela implantação da obra. As estratégias logísticas da Empresa Masutti consistem em deslocar toda a produção de grãos aos 200 km que ligam Porto Velho a Humaitá, pela BR319, para transformar uma parte da estrada em um corredor Graneleiro destinado apenas ao transporte de grãos.



Trabalho de campo. Fonte: Jordeanes Araújo, Setembro de 2021.

Vale ressaltar que a obra é vista e percebida tanto para os governantes bem como para os empresários como marco divisor de investimentos privados e estatais na região, pois irá atrair outros empresários do Agro para o aumento da plantação de grãos no campos amazônicos de Humaitá e Canutama. Eis as falas públicas:

O objetivo mais importante é o desenvolvimento da região de Humaitá, o desenvolvimento agrícola, porque nós estamos transferindo os veículos da BR-319, da BR-230 (Transamazônica), que passam por dentro da cidade e estão sendo agora desviados para os portos graneleiros. É uma obra de infraestrutura, mobilidade, uma obra que vai aumentar a produção rural, uma obra de desenvolvimento, uma das mais importantes obras do estado do Amazonas”, destacou Carlos

¹¹ De acordo com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Região Metropolitana de Manaus (Seinfra), a obra chamada de “cinturão da soja” Com mais de R\$ 75 milhões investidos, o Governo do Amazonas inaugurou, nesta quinta-feira (22/09), o Anel Viário de Humaitá (a 590 quilômetros de Manaus), uma obra que contempla 11,58 quilômetros de vias interligando a cidade de Porto Velho (RO), por meio da BR-319, ao porto graneleiro da cidade. Melhorando o escoamento da produção agrícola, principalmente da soja, a intervenção é considerada o maior investimento em infraestrutura do município [nformemanaus.com/2022/incentivando-producao-agricola-governo-do-amazonas-inaugura-anel-viario-de-humaita](https://www.informemanaus.com/2022/incentivando-producao-agricola-governo-do-amazonas-inaugura-anel-viario-de-humaita).

Henrique Lima, titular da Seinfra, acrescentando que a obra iniciou no final de 2018 e gerou 493 empregos. (<https://informemanaus.com/2022/incentivando-producao-agricola-governo-do-amazonas-inaugura-anel-viario-de-humaita>, 22/09/2022).

Fala pública do prefeito de Humaitá Dedei Lobo em 22/09/2022:

Muda tudo, mudam os investimentos, os investidores estão chegando. Aqui temos portos e (a obra) está ligando aos portos para o transporte de soja, de grãos e cereais, cargas e descargas e mercadorias que vão para a Zona Franca de Manaus, e na volta vão para o Sul e o Sudeste. É um anel viário que tem um alcance muito grande na economia do Amazonas. (<https://informemanaus.com/2022/incentivando-producao-agricola-governo-do-amazonas-inaugura-anel-viario-de-humaita>, 22/09/2022).

Fala pública da empresária rural Eliete Moreira em Humaitá:

O Anel Viário veio trazer bastante benefício para o município, para a questão do desenvolvimento, não só para os produtores locais como para os comerciantes, para os carreteiros que vêm aqui, mas vão consumir na cidade, e acreditamos muito no agro que está chegando na nossa cidade. (<https://informemanaus.com/2022/incentivando-producao-agricola-governo-do-amazonas-inaugura-anel-viario-de-humaita>, 22/09/2022).

Nesse contexto, a fala da empresária local, bem como os outros discursos corroboram as práticas desenvolvimentistas atreladas às políticas do Agro em toda a extensão do Sul do Amazonas.

1.3 Outras Transformações Territoriais no Sul do Amazonas

Adicionados a todo esse contexto, no sul do Amazonas, sobretudo entre os anos de 2019 e 2021, tem-se as áreas desmatadas e os focos de queimadas que aumentaram em 30% segundo dados do INPE de 2021. Esse processo, na Amazônia, também não é recente e, segundo os planejadores oficiais, sempre fez parte dos diferentes “ciclos de econômicos” da região. Recentemente o PRODES (agosto de 2022), apontou que apenas no mês de maio de 2022, foram desmatados 2000 mil campos de futebol em toda Amazônia. O Estado do Amazonas liderou boa parte deste total de desmatamentos. Municípios como Apuí, Lábrea, Humaitá e Boca do Acre concentram as maiores taxas de desmatamento do Amazonas.

Desmatamento da Amazônia de janeiro a maio de 2022 em Km²

707	2008
433	2009
375	2010
638	2011
307	2012
384	2013
424	2014
914	2015
922	2016
330	2017
1.422	2018
1.260	2019
1.740	2020
3.088	2021
3.360	2022

Fonte: DETER/PRODES, 2022.

O “**modelo Agromineral**” que concentra pecuária extensiva, plantation, mineração ilegal e venda de madeira, tem ao longo dos últimos anos se perpetuando como estratégia empresarial e ao mesmo tempo, como plano de governo vigente.

No caso específico de Humaitá, o desmatamento é oriundo principalmente do PSD Realidade e das Terras Indígenas¹². O PDS Realidade está localizado a 100 km de Humaitá. Dados do IPAAM apontam que somente em 2021 foram apreendidos 13 mil metros cúbicos de madeira no Sul do Amazonas (FONTE, IPAAM 2021), boa parte desta apreensão foi feita em carretas transportando toras vindas do PSD Realidade.

¹² Segundo um levantamento recente do IPAM, 5 mil metros cúbicos de Madeira foram retirados ilegalmente da terra indígena Tenharin Marmelos no de 2022.



Fonte: Trabalho de campo-PDS REALIDADE, janeiro de 2022.

De janeiro a maio de 2022, o Amazonas registrou um desmatamento de 553km². Nesse mesmo período, no ano passado, o desmatamento foi de 266km², ou seja, em apenas cinco meses, o desmatamento mais que dobrou. Dados do INPE (2022), apontam que nos últimos cinco anos, o desmatamento no Amazonas sofreu um descontrole pelas políticas implantadas através da ação intensiva de empreendimentos dos agronegócios. A AMACRO¹³, rebatizada recentemente de Zona de Desenvolvimento sustentável Abunã-Madeira- ZDSAM, comporta hoje 32 municípios entre os Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, Em seus 454 mil km², há 35 abatedouros e 8 milhões de bois – quase cinco vezes o 1,7 milhão de pessoas que lá vivem.

É justamente nesse novo cinturão de grãos que o desmatamento se concentra com maior potencial destrutivo e devastador nos últimos três anos. Principalmente em assentamentos rurais, PDS sustentáveis e em terras indígenas. Dados do INPE de 2021, apontam que esta área corresponde a 77% do desmatamento em Rondônia, 63% no Acre e 82% no Amazonas.

Grandes áreas griladas e desmatadas para exploração madeireira, pecuária e outras atividades correlatas apontam para uma criminalidade, tanto ambiental quanto no que concerne aos direitos às terras tradicionalmente ocupadas. Sob a égide do descontrole

¹³ É a junção das siglas de Acre, Amazonas e Rondônia como uma tríplice fronteira para receber a expansão do Agronegócio e ao mesmo tempo, o deslocamento da pecuária para áreas da União.

governamental sobre o uso do território, dispararam as derrubadas e a violência no campo. Nesse sentido, temos um modelo de desenvolvimento que acolhe o que a imprensa periódica vulgariza como **Agrobandidagem** e ao mesmo tempo, concentra um mercado de terras para o uso exclusivo desses processos autoritários e concentracionistas de apropriação de terras, que estão provocando aumento significativo das práticas ilegais de imobilização da força de trabalho de trabalhadores rurais.

Em 2021 o Assentamento rural Juma em Apuí, foi o mais desmatado da Amazônia inteira, com 246 km² de florestas derrubadas (IPAAM, 2021). Surgidos na década de 1980, assentamentos como o PA Juma em Apuí, o PA Monte em Boca do Acre e o PA Antimari, possuem 50% de suas áreas ocupadas por grandes fazendas de gado, acusadas de grilagem nos últimos cinco anos.

Vale ressaltar que tais ocupações ilegais tem gerado, mortes e despejos de famílias de posseiros, nos últimos três anos. Segundo um morador em Boca do Acre, temos uma trágica situação social:

Hoje nós temos 500 famílias em situação de conflito aqui em Boca do Acre e no sul de Lábrea. Para você perceber, de 2015 até 2021, 266 famílias deixaram o assentamento Antimari. Os grandes ai como o PETECÃO, J. Lopes, Jorge Moura e outros são os responsáveis pela grilagem, pela expulsão dos assentados. Ano passado somente no PAE Antimari, foram desmatados 30 mil hectares pelo fazendeiro Betão. Ai você me pergunta como ocorre a grilagem aqui, o desmatamento, no Antimari?

O fazendeiro convence o posseiro no assentamento a desmatar 200 hectares de terra e plantar capim por 20 mil reais, depois disso, o fazendeiro traz o gado e passa a cerca e aquele vai para outro assentamento fazer a mesma coisa. 100 hectares de terra hoje em Boca do Acre valem 20 mil reais. É desta forma que ocorre o aumento de novas áreas de pastos em Boca do Acre com a conivência do INCRA (morador de Boca do Acre).

Segundo outro morador de Boca do Acre¹⁴, os grandes desmatamentos em Boca do Acre começaram em 2005 e não pararam até o momento. Foi desta forma que J. L. grilou 234 mil hectares de terra entre Boca do Acre e sul de Lábrea para expandir a atividade pecuária. Estima-se hoje que o mesmo detenha 160 mil cabeças de gado. Em 2019, J. L. foi preso pela Policia Federal na operação Lava Jato envolvido no desvio de verba pública da construção da ponte sobre o rio Negro. Em 2017, o mesmo J. L. foi

¹⁴ Trabalho de campo realizado em junho de 2022, preferi ocultar os nomes dos entrevistados para a preservar a segurança dos agentes sociais envolvidos.

multado em 147 milhões pelo IBAMA¹⁵, referente a 86 mil hectares de desmatamento ilegal da floresta amazônica.

Ainda em 2019, o filho de J.L. foi condenado pela Justiça do Amazonas a nove anos e seis meses por manter 34 pessoas em situação análoga ao trabalho escravo. Segundo o Ministério Público Federal, os crimes foram cometidos entre 2006 e 2012 em três fazendas localizadas no município de Boca do Acre.

Em 2021, os servidores públicos do INCRA que permitiram o desmatamento ilegal de 86 mil hectares, em diversos projetos de assentamentos rurais em Boca do Acre, também foram presos na operação chamada “Operação TAYASSU” da Polícia Federal, que investigava uma organização criminosa estruturada para invadir, adquirir, desmatar e comercializar ilicitamente terras de domínio público federal localizadas na região sul do Estado do Amazonas. O grupo criminoso contava com a participação de empresários de Rio Branco/AC, além de servidores públicos do INCRA, que atuavam no sentido de “esquentar” a documentação das áreas de ocupação irregular por pecuaristas de Boca do Acre.

Por fim, vale ressaltar que somente no PA Monte em Boca do Acre há 300 lotes com ocupação irregular. Segundo o chefe interino do INCRA em Boca do Acre, “as invasões no PAE Antimari somam 300 lotes irregulares com mais de 1000 hectares de floresta derrubados em 2021 para criação de pasto de gado” (entrevista concedida em junho de 2022).

Todas as áreas de regularização fundiária assistidas pelo órgão governamental encontram-se com ocupações irregulares: PAE Antimari, PA Monte, Gleba Floriano Peixoto, Seringal Boa Fé, Seringal Independência, Seringal Cajueiro, ramal Bom lugar, Seringal Penápolis e outros, todos se encontra, sob ações de grilagem, desmatamento e áreas de pastagens com criação de gado.

¹⁵ De acordo com a ação civil pública que tramita na 7ª Vara Federal do Amazonas, J.L. e os nove fazendeiros são responsáveis pelo desmatamento, sem autorização do Ibama, de 3.948,48 hectares da Floresta Amazônica nos municípios de Boca do Acre e Lábrea, localizados no Sul do estado (FONTE: MPF 2019).



Trabalho de campo. Novas áreas desmatadas em assentamentos rurais para a criação de gado de corte. Fonte Jordeanes Araújo, 2022. PSD REALIDADE, BR-319.

1.4.A grilagem e as queimadas de terras públicas e de proteção integral

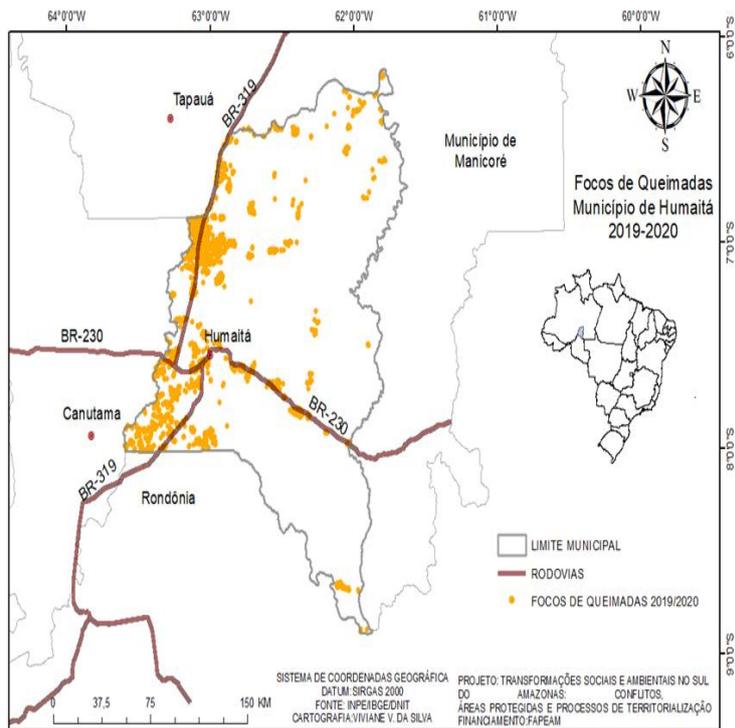
Queimadas associadas aos processos de grilagem, tem se tornado um fato corriqueiro nos campos amazônicos e principalmente nas terras públicas, alastrando dentro dos territórios protegidos como terras indígenas e unidades de preservação ambiental no Sul do Amazonas.

A possibilidade de obras de recuperação dos trechos intrafegáveis da BR-319, BR-230 e a expansão da pecuária e da soja no norte de Rondônia, no sul de Lábrea, em Apuí, em Humaitá em Manicoré e em Boca do Acre tem impulsionado a ocupação

ilegal e concentrado os focos de queimadas e desmatamento, nos municípios do sul do Amazonas.

Entre 2019 e 2021, no município de Humaitá foram contabilizados mais de 2000 focos de calor, segundo informações do INPE. Esses focos de calor se concentram ao longo das duas rodovias que atravessam o município, a BR-319 e a BR-230. Em 2022, o Amazonas contabilizou 21.217 focos de calor. Em 2021, foram apenas 14.848. A comparação entre os dois anos mostra um aumento de quase 43% no número de queimadas no estado (INPE, 2022). O município de Lábrea em 2022, se destacou como o município que propiciou o maior número de focos de calor no Estado do Amazonas com 2118 focos de calor em setembro de 2022 (INPE, 2022). Nos últimos quatros anos de governo, o sul do Amazonas tornou-se o experimento por excelência de uma necropolítica esmagadora da Amazônia. Humaitá, Lábrea e Boca do Acre estão na rota do agronegócio que se consolidou como força destruidora na gestão bolsonarista.

Nas palavras do cacique Zé Bagaga “Para começo de conversa, essas queimadas representam destruição. Além de matar nossas árvores, ressecar nossos rios, matar nossos animais, a fumaça adentra nas aldeias e sai fazendo um desmatamento total. A gente fica com dificuldade de respirar, com dor de cabeça, garganta inflamada”,



relata. (Coordenador da Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus.)¹⁶

Nas reflexões do cacique, os incêndios em Lábrea provocam a desarmonização das terras indígenas Amazônia, pois, os focos de calor se iniciam nas fazendas de gado, depois invadem as aldeias, as roças, matando os animais. A terra indígena caititu dos Apurinã vem ao longos dos últimos cinco anos sofrendo com os recordes de incêndios provocados pela grilagem, e pelos empresários envolvidos com a devastação dos territórios em Lábrea.



1.5. Considerações Finais

A dominação tanto da natureza quanto dos territórios tradicionalmente ocupados, após o golpe de 2016 e, sobretudo no governo bolsonarista, vem sendo realizada também por meio de quatro processos: 1) *Coalizão de grandes empresas do AGRONEGOCIO;* 2) *Financeirização da expansão por meios de bancos estatais e privados (Banco do Brasil e BASA,);* 3) *Mercado de Terras* (que permite arrendar grandes áreas de fazenda de gado para o plantio de grãos,(arroz, soja e milho), bem como a compra de terras de pequenos posseiros,) e 4) *Grilagem de terras públicas* que também favorece um mercado ilegal de transações de compra e venda de terras públicas.

Tal efeito devastador desses processos, tem acelerado o desmatamento em territórios indígenas não demarcados como o território Mura na BR230, KM 90, sentido Lábrea, bem como a expansão da pecuária de corte em assentamentos rurais em Boca do Acre e sul de Lábrea, provocando mortes de posseiros na área rural nos últimos três anos. A grilagem aparece nesse cenário como processo de loteamento e venda de lotes de terras

¹⁶ Fala proferida no <https://www.brasildefato.com.br/2022/10/06/queimadas-recordes-aceleram-desamazonizacao-cultural-da-amazonia>.

que fazem parte das terras indígenas Mura e também nos assentamentos rurais de Boca do Acre, Lábrea e Apuí.



Fonte: Trabalho de Campo, desmatamento na Aldeia Mura, km 90, BR 230/Canutama.

Além disso, tais ações podem ser analisadas a partir da criação da área denominada de Zona de Desenvolvimento Sustentável Abunã-Madeira, antiga AMACRO, formada pelos estados do Amazonas, Acre e Rondônia, e que nas discussões iniciais previa expansão da agropecuária nesses estados, uma iniciativa entre o Estado, representado pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), secretarias dos três estados envolvidos e agropecuaristas.

A ação do governo ao criar esta zona, põe em risco a segurança da biodiversidade amazônica, posto que ela ocupa um ponto estratégico da América do Sul, por ser a rota norte entre o oeste do Brasil e o Oceano Pacífico. A ponte do Abunã/RO, obra de infraestrutura sobre o rio Madeira, inaugurada em 2021 na BR-364, poderá interligar pelo

modal rodoviário uma das maiores áreas produtoras de commodities do mundo aos terminais portuários do Pacífico, de frente para a Ásia.

A fragilidade das agências estatais de fiscalização também favorece a grilagem, a queimada e a mineração ilegal em terras de preservação integral. Favorece ainda a presença de madeireiros ilegais dentro de terras indígenas negociando com os próprios indígenas.

Como ocorrem esses processos de grilagem hoje? Por que as agências como o IPAAM, o IBAMA, o INCRA, o ICMBIO e a FUNAI não mais fiscalizaram o desmatamento, a retirada de madeira ilegal, a grilagem em assentamentos rurais e o garimpo ilegal no governo bolsonarista? No governo bolsonarista, as agências de fiscalização como o IBAMA, o ICMBIO foram desmanteladas como medida política deliberada, incentivada pelo agronegócio e pelos grandes empresários que controlam o mercado ilegal de ouro. A FUNAI foi militarizada e desde 2017 não realiza a fiscalização dos territórios indígenas, mesmo diante de várias denúncias de retirada de madeira ilegal e de intrusamentos das terras indígenas por garimpeiros e madeireiros.

Por fim, estamos diante de modelos culturais de envolvimento com a natureza. Um modelo indígena que vive em consonância com as práticas sustentáveis e numa relação holística com o terra. O outro modelo, chamado de “*Agrosuicídio*”, percebe a natureza, a terra, como um fim econômico que se faz necessário explorá-la até não existir mais nada.

Eis a realidade Amazônica, tivemos a maior seca já registrada na últimas três décadas, fruto da combinação do desmatamento na Amazônia, das queimadas, das áreas degradadas ocasionadas pelo *Agrosuicídio*. Tal modelo tem afetado drasticamente Povos indígenas, Comunidades Tradicionais que vivem dos recursos naturais presentes Amazônia.



Trabalho de campo. Maquinário retirando tora de madeira aldeia Tenharin. Fevereiro de 2022. Jordeanes Araújo.



Trabalho de campo. Operação da Policia Rodoviária Federal e Policia Federal sobre retirada ilegal de tora de madeira na aldeia Tenharin. Maio de 2022. Jordeanes Araújo.



Trabalho de campo. Operação da Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal sobre retirada ilegal de tora de madeira na aldeia Tenharin. Maio de 2022. Jordeanes Araújo.

Referências.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundo de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: EDUA/PPGSCA/UFAM, 2006.

_____. Conflitos Sociais no rio Madeira. Manaus: UEA edições 2009.

_____. Conhecimentos tradicionais e territórios no Pan- Amazônia. Manaus: Projeto nova cartografia social da Amazônia/UEA edições, 2010.

_____. Consulta e participação: crítica à metáfora da teia de aranha. Manaus: UEA edições 2013.

_____. (Orgs). *Mineração e Garimpo em Terras tradicionalmente ocupadas: conflitos sociais e mobilizações étnicas*. 1. Ed. - Manaus: UEA Edições/ PNCSA, 2019.

_____. Conferência “**Amazônia: modelo agromineral e conflitos sociais**”. Disponível em: <https://youtu.be/8kdtU0O2vms>. Acesso em: 22 maio 2022.

ARAÚJO, José Júlio César do Nascimento; PAULA, Elder Andrade de. **Novas formas de desenvolvimento do Amazonas:** Uma leitura as ações do Programa Zona Franca Verde. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. v. 5, n. 3, Taubaté, SP, Brasil, p. 140-154, 2009.

BARAHUNA, Glaucia. Conflitos Socioambientais no rio Madeira. (tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Amazonas.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: DIFEL, 1989.

BOURDIEU, Pierre. A miséria do Mundo. Petrópolis: Vozes, 1999.

CABRAL, Diogo Diniz Ribeiro (org). Conflitos e lutas dos trabalhadores rurais no Maranhão ano 2020. São Luiz: UEMA edições, 2021.

COSTA, Willas Dias; MAGALHÃES, Rebeca Barroso. SUL DO AMAZONAS: notas da estratificação do poder econômico na Amazônia. 2015. Acesso em: 15 jan. 2022. Disponível em: https://scholar.google.com/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=SUL+DO+AMAZONAS%3A+notas+da+estratifica%C3%A7%C3%A3o+do+poder+econ%C3%B4mico+na+Amaz%C3%B4nia&btnG=.

COSTA SILVA, Ricardo. G da. Amazônia globalizada: da fronteira agrícola ao território do agronegócio – o exemplo de Rondônia. *CONFINS- Revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasileira de geografia*. Número 23, p-01-21, 2015.

GALUCH, Mariana Vieira; MENEZES, Thereza Cristina Cardoso. *Da reforma agrária ao agronegócio:* notas sobre dinâmicas territoriais na fronteira agropecuária amazônica a partir do município de Apuí (Sul do Amazonas). DOI:10.36920/esa-v28n2-6. Acesso em: 18 jan. 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5999/599963212009/599963212009.pdf>.

GEERTZ, Clifford. O saber local. Novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 2001.

MACEDO, Mariza Alves de; TEIXEIRA, Wenceslau. Sul do Amazonas, nova fronteira agropecuária? O caso do município de Humaitá. Anais XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Natal, Brasil, 25-30 abril 2009, INPE, p. 5933-5940. Acesso em: 14 jan. 2022. Disponível em: <http://marte.sid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr@80/2008/11.16.14.59.58/doc/5933-5940.pdf>.

IMAZON. Desmatamento na Amazônia. Disponível em: <https://imazon.org.br/imprensa/amazonia-perdeu-quase-3-mil-campos-de-futebol-por-dia-de-floresta-em-2022-maior-desmatamento-em-15-anos/>. Acesso em: 23 já. 2023.

IMAZON. Desmatamento na Amazônia Disponível em: <https://umsoplaneta.globo.com/sociedade/noticia/2021/08/25/o-que-e-grilagem.ghtml>. Acesso em: 25 jan. 2023

INFOAMAZONIA. Sul do Amazonas é nova fronteira do desmatamento da Amazônia. Disponível em: <https://infoamazonia.org/storymap/sul-do-amazonas-e-nova-fronteira-do-desmatamento-da-amazonia/>. Acesso em: 27 jun. 2022.

INFOAMAZONIA. “Cinturão da Soja” na Amazônia alimenta demanda por commodities brasileira. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2021/05/04/cinturao-da-soja-na-amazonia-alimenta-demanda-por-commodities-brasileiras/>. Acesso em: 01 jul. 2022.

NETO, Caio Pompeia R. *Formação Política do Agronegócio*. Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Doutorado em Antropologia Social, 2018.

Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED). Brasil. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Julho, 1967.

PAULA, Elder Andrade de (2005). (Des) Envolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental. Rio Branco: EDUFAC.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. *Amazônia globalizada: da fronteira agrícola ao território do agronegócio – o exemplo de Rondônia*. OpenEdition Journals, 2015.

SILVA, Viviane Vidal da; ARAÚJO, Jordeanes do Nascimento; Lima, Luís Augusto Pereira Lima. O AGRONEGÓCIO E AS TRANSFORMAÇÕES NA FRONTEIRA NO SUL DO AMAZONAS. Acesso em: 13 jan. 2022. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV154_MD1_SA142_ID191213112021132619.pdf.

SILVA, Maria Evanilce Gomes da. *O Agronegócio do boi e conflitos socioambientais: uma discussão sobre fronteira na Regional do Baixo Acre*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia, Universidade Federal de Rondônia. 2022.